

HOMENAGEM A D. ANTÓNIO ALVES MARTINS,

ILUSTRE DEPUTADO, PAR DO REINO, ESTADISTA E BISPO DE VISEU, NO SEGUNDO CENTENÁRIO DO SEU NASCIMENTO

(1808-2008)

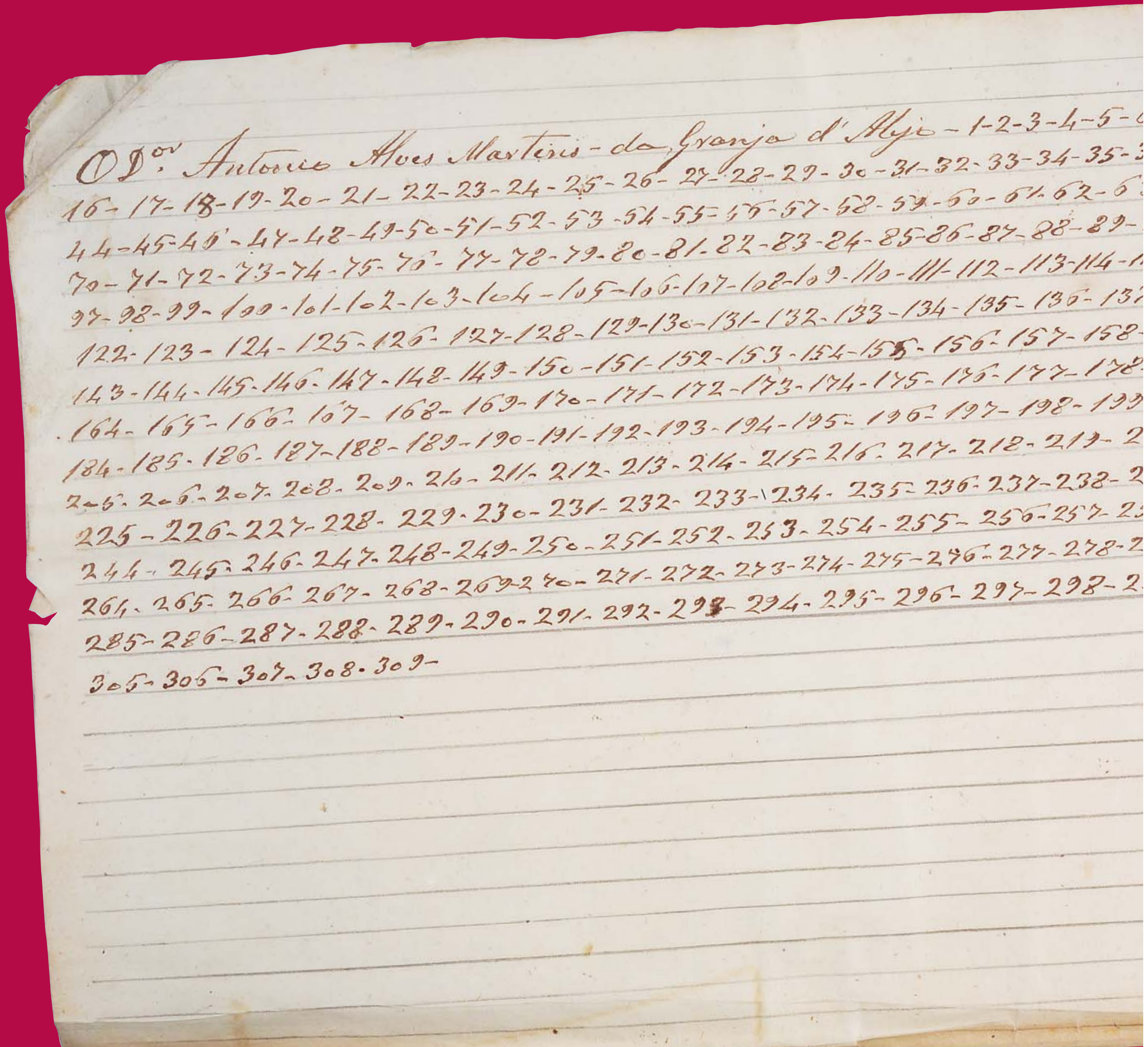
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA





“Uma cabeça verdadeiramente política deve ser fria como uma pedra,
e em seus cálculos jamais entram afeições ou ódios pessoais”

D. António Alves Martins

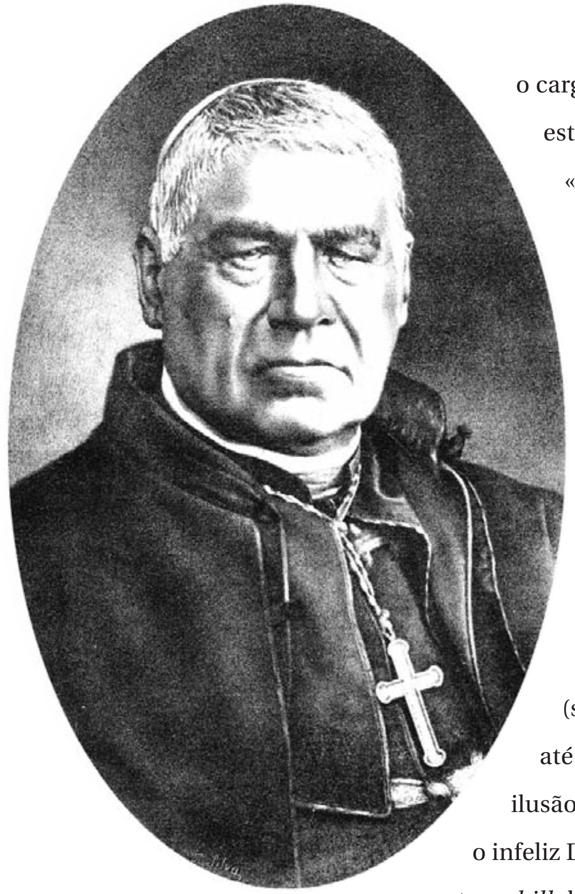


D. ANTÓNIO ALVES MARTINS (1808-1882)
BISPO DE VISEU

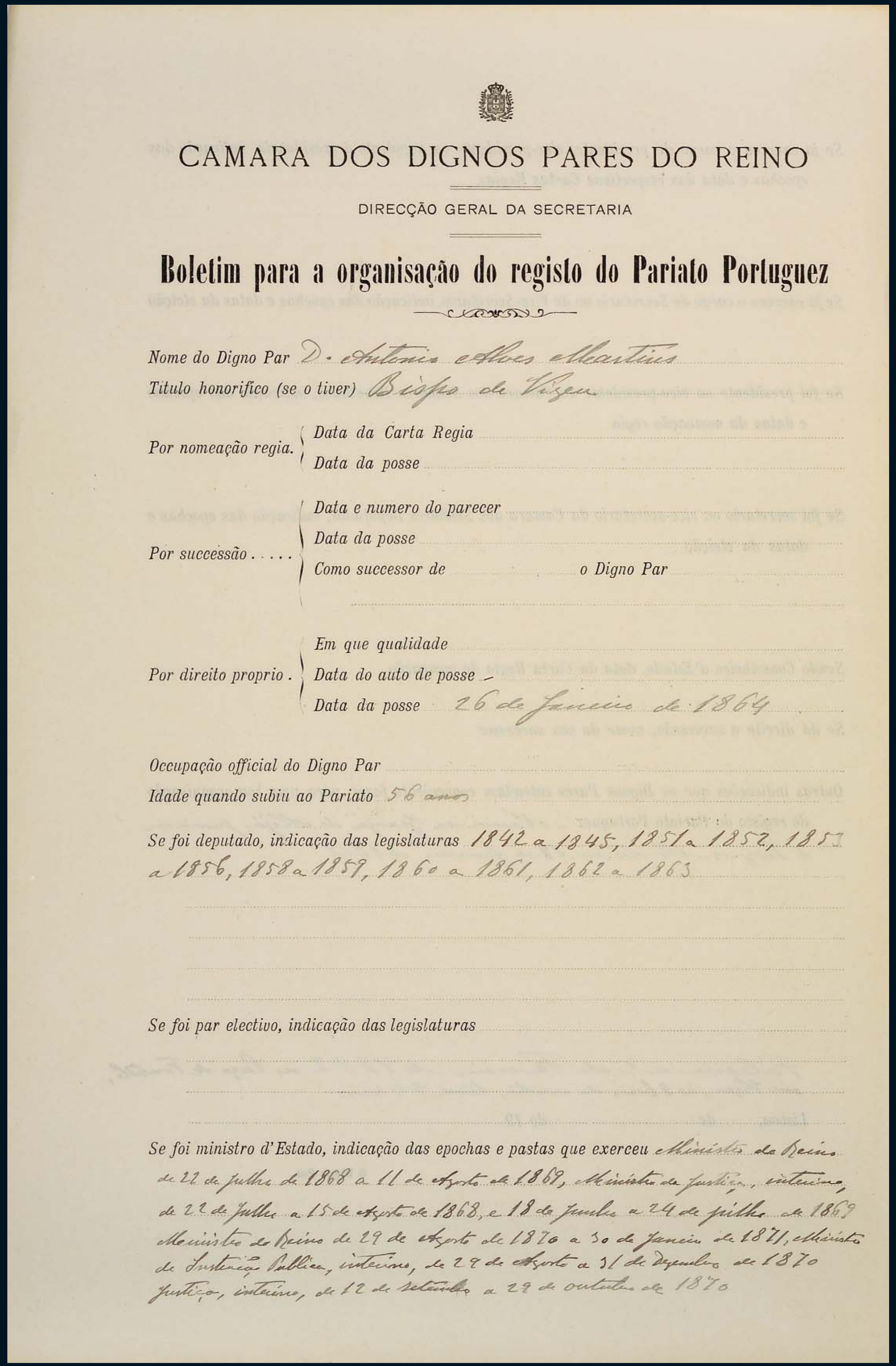
Eleito para as seguintes legislaturas: 1842-1845, por Trás-os-Montes (juramento a 7.1.1843); 1851-1852, pelo Porto (juramento a 25.5.1852); 1853-1856, pela Guarda (juramento a 31.1.1853); 1858-1859, por Portalegre (juramento a 21.6.1858); 1860-1861, por Alijó (não consta o dia do juramento); 1861-1864 (juramento a 31.12.1861). Tomou assento como par do Reino em 26.1.1864.

Nascido em 18 de Fevereiro de 1808 na Granja de Alijó numa «honrada e laboriosa família de lavradores», filho de José Alves Martins e de Bernarda Pereira, o futuro jornalista, deputado, ministro, par do Reino, bispo de Viseu e chefe do Partido Reformista (1868-1876) tomou com 16 anos o hábito franciscano da Congregação da Terceira Ordem no Convento de Nossa Senhora de Jesus em Lisboa. Um ano depois, concluído o noviciado e tomados os votos, mudou-se para Évora (1825), onde estudou Filosofia no Colégio do Espírito Santo. No ano seguinte matriculou-se no Colégio das Artes em Coimbra e aí frequentou aulas de Matemática, Filosofia e Teologia. Quando cursava o 3.º ano de Filosofia foi dado como cúmplice do levantamento liberal contra D. Miguel que eclodiu no Porto em 16.5.1828 e viu-se, em consequência, expulso da Universidade. Acompanhou as tropas liberais quando estas evacuaram Coimbra e chegou a assentar praça no Regimento de Voluntários de Alijó. Com o colapso do levantamento, regressou à vida conventual, onde o miguelismo o foi buscar em 1832 a fim de exercer o cargo obrigatório de capelão da Armada na fragata *Pérola*. Lembrado então do passado liberal do clérigo, o regime prendeu-o na cadeia de Coimbra, julgou-o e condenou-o à morte por fuzilamento juntamente com outros três réus. Todos eles se evadiram a caminho da execução marcada para Viseu (28.1.1832), tendo conseguido, após inauditas agruras, entregarem-se em Leiria ao futuro visconde do mesmo nome, na altura o tenente-coronel Vasconcelos. Terminada a guerra civil entre liberais e absolutistas (1832-1834), Alves Martins retomou os estudos em Coimbra, em 1837 doutorou-se em Teologia, e em 1839 obteve por concurso o lugar de professor de Geografia e História no Liceu Nacional do Porto. Em 1845 foi nomeado lente de Teologia na Universidade de Coimbra, vindo a renunciar à cátedra a fim de tomar posse de um canonicato na Sé Patriarcal de Lisboa (1852). Entretanto, iniciara-se em 1842 na Maçonaria na loja Legalidade, n.º 1200, do Porto, onde tinha o grau 3.º e desempenhou

Acta de apuramento dos votos do distrito de Alijó, 1860
AHP, AEM, Cx 444, 1



o cargo de orador adjunto. Tendo a sua veia política despertado quando jovem estudante, não permaneceu à margem das lutas políticas em que liberais e «radicais» se envolveram logo após a restauração constitucional de 1834. Opôs-se à Revolução de Setembro de 1836 e veio a ser preso por alegada cumplicidade na revolta cartista chamada «dos marechais» (Julho-Agosto de 1837). Mas é só a partir de 1842, quando é eleito deputado por Trás-os-Montes, que a carreira pública de Alves Martins adquire notoriedade. No início daquele ano, Costa Cabral encabeçara a partir do Porto, com a cooperação do marechal duque da Terceira, um pronunciamento militar que forçou a rainha a repor em vigor a Carta Constitucional de 1826 (Decreto de 10.2.1842). Alves Martins apoiou a restauração porque, segundo explicou à Câmara, era «cartista do coração» e esperava que a «vinda desse Código» ministrasse a salvação dos viticultores do Douro (sessão de 13.2.1843). Mas, conforme também explicou no estilo franco e até desabrido que seria a sua marca distintiva, um só ano desvanecera «esta ilusão»: «legislou-se em contadorias, em economias e outras fantasmagorias, e o infeliz Douro não lembrou mais ao Governo» (*idem*). Em Outubro de 1844, votou contra o *bill* de indemnidade pedido por Costa Cabral para os actos da ditadura que o Governo assumira durante a repressão da revolta setembrista de Torres Novas (Fevereiro-Abril de 1844). Até ao fim da legislatura (1845) conservou-se na oposição, não sendo possível saber ao certo a partir de que altura germinou nele a propensão democrática que o transformaria, para finais dos anos da década de 1850, numa das figuras carismáticas do «radicalismo». Dada a sua personalidade, esta evolução não surpreende: por trás do político recto, frontal e até ríspido havia um homem austero, modesto e dominado pela compaixão. A sua oratória parlamentar era rude, raramente andava de carruagem e distribuía o que tinha pelos pobres que encontrava na rua. Desempenhou o cargo de enfermeiro-mor do Hospital de São José (1861-1862) com eficácia e zelo humanitário que por todos lhe foram reconhecidos.



CAMARA DOS DIGNOS PARES DO REINO

DIRECÇÃO GERAL DA SECRETARIA

Boletim para a organisação do registo do Pariato Portuguez

Nome do Digno Par D. Antonio Alves Martins

Titulo honorifico (se o tiver) Bispo de Vizeu

Por nomeação regia. { *Data da Carta Regia* / *Data da posse*

Por successão . . . . { *Data e numero do parecer* / *Data da posse* / *Como successor de* ... *o Digno Par*

Por direito proprio. { *Em que qualidade* / *Data do auto de posse* – / *Data da posse* 26 de Janeiro de 1864

Occupação official do Digno Par

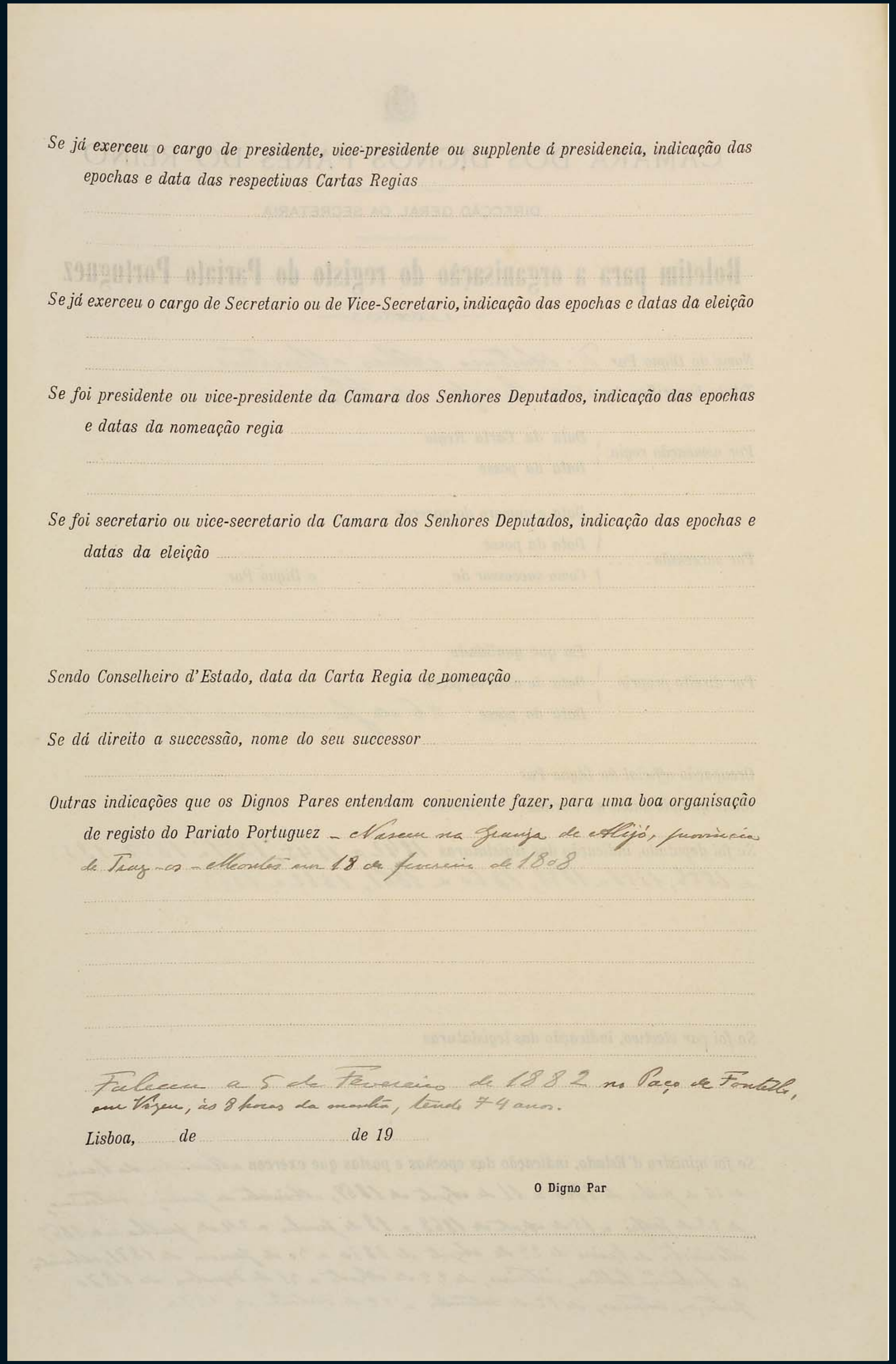
Idade quando subiu ao Pariato 56 annos

Se foi deputado, indicação das legislaturas 1842 a 1845, 1851 a 1852, 1853 a 1856, 1858 a 1859, 1860 a 1861, 1862 a 1863

Se foi par electivo, indicação das legislaturas

Se foi ministro d'Estado, indicação das epochas e pastas que exerceu Ministro do Reino de 22 de julho de 1868 a 11 de agosto de 1869, Ministro da Justiça, interino, de 22 de julho a 15 de agosto de 1868, e 18 de junho a 24 de julho de 1869 Ministro do Reino de 29 de agosto de 1870 a 30 de janeiro de 1871, Ministro da Instrucção Publica, interino, de 29 de agosto a 31 de dezembro de 1870 justiça, interino, de 12 de setembro a 29 de outubro de 1870

AHP, Secção V


Se já exerceu o cargo de presidente, vice-presidente ou supplente á presidencia, indicação das epochas e data das respectivas Cartas Regias

Se já exerceu o cargo de Secretario ou de Vice-Secretario, indicação das epochas e datas da eleição

Se foi presidente ou vice-presidente da Camara dos Senhores Deputados, indicação das epochas e datas da nomeação regia

Se foi secretario ou vice-secretario da Camara dos Senhores Deputados, indicação das epochas e datas da eleição

Sendo Conselheiro d'Estado, data da Carta Regia de nomeação

Se dá direito a successão, nome do seu successor

Outras indicações que os Dignos Pares entendam conveniente fazer, para uma boa organisação de registo do Pariato Portuguez – Nasceu na Granja de Alijó, provincia de Traz-os-Montes em 18 de fevereiro de 1808

Falleceu a 5 de Fevereiro de 1882 no Paço de Fontello, em Vizeu, ás 8 horas da manhã, tendo 74 annos.

Lisboa, de de 19

O Digno Par

Durante a guerra civil de 1846-1847 alinhou, naturalmente, pelo lado da «Patuleia», da qual deixou uma crónica instrutiva (*O nove de Outubro*). Nos anos de 1848-1849, ausente do Parlamento, faz-se ouvir através de colaboração assídua n'*O Nacional*, um órgão do «radicalismo» no Porto. Depois da Regeneração (Abril de 1851) reaparece no Parlamento, eleito pelo Porto. Invocou doutrina herética em favor de uma aprovação incondicional do *bill* de indemnidade pedido pelo governo Saldanha para as várias dezenas de decretos ditatoriais de 1851, que a seu ver «não se deviam sujeitar a discussão nenhuma»: «pode ser única esta minha opinião na Câmara; mas nem por isso desisto dela» (sessão de 10.7.1852).

A independência de carácter, a firmeza das convicções, a determinação da vontade talhavam-no para líder. Com o andar dos anos, foi agregando à sua volta um pequeno círculo de «14 ou 15» fiéis, «um grupozinho» que, apesar de «muito pequenino», lhe permitia gabar-se de ter «ajudado a levantar muitos ministros, e a derribar outros» (sessão de 17.3.1862). Em 1862 foi apresentado (2.7) e confirmado (25.9) bispo de Viseu; tomou posse por procuração em 1 de Novembro e em 25.1.1863 fez a sua entrada solene na Sé da cidade. Não foi menos polémico como prelado do que como político. Em Roma, onde se deslocou em 1863 para a comemoração do centenário de São Pedro, recusou-se publicamente, com grande escândalo diplomático, a assinar uma mensagem ao Papa em que os demais bispos ali reunidos faziam votos pela perpetuação do poder temporal e pela consagração da infalibilidade do Pontífice. Data da remodelação do governo Loulé em 21.2.1862 a sua distanciação tanto dos históricos da «unha branca» (moderados) como da «unha negra» («radicais»). O «radicalismo» de Alves Martins, influenciado pelo catolicismo liberal de Lamenais, preocupado com o sofrimento do povo miúdo e desvalido, admitia os «acordos políticos com indivíduos de diferentes opiniões políticas» (sessão de 17.3.1862); desde 1851 que se tinha «vivido disso» – «já não há política exclusiva. E Deus nos livre de política de exclusivismo» (*idem*). A «unha negra» de Lobo de Ávila pensava precisamente o contrário, e demoveu Loulé a expelir o futuro duque de Ávila e os ministros «avilistas» do Governo, que tinham o apoio do «grupozinho» de Alves Martins. Quando o governo Loulé – Lobo de Ávila se apresentou no Parlamento, sentiu-se trespassado por «uma faísca eléctrica» e possuído de «assombramento»: declarou-se em «expectativa» e, até ver, «dissidente». Num clima de recrudescimento «radical» desencadeado e adensado pelos

sucessivos episódios da questão religiosa – a concordata com Roma (1853-1857), as Irmãs da Caridade (1858-1862) e o casamento civil (1865-1867) –, e exacerbado pela crise económica e financeira de 1867, os históricos foram perdendo a capacidade de enquadrar e controlar a agitação social muito politizada que lavrava especialmente em Lisboa, e que se exprimiu, na década de 1860, nas primeiras manifestações de «Masspolitik» e numa multiplicação de clubes políticos de que o Pátio do Salema ou Clube dos Lunáticos foi o mais célebre. Deste saiu, em 18.6.1867, o manifesto do depois chamado Partido Reformista, a poucos meses da queda da Fusão (da «unha branca» dos históricos com os regeneradores) que governava desde 4 de Setembro de 1865. Alves Martins, que entretanto perdera o lugar de deputado por incompatível com o bispado (parecer parlamentar aprovado na sessão de 17.1.1863) e fora elevado a par do Reino em 26.1.1864, manteve-se de fora da Fusão. Derrubada esta pela Janeirinha, sucedeu--lhe (4.1.1868) um gabinete reformista muito moderado pela presidência do futuro duque de Ávila. Experimentou-se então, em 22.7.1868, uma fórmula reformista mais vigorosa com a nomeação da dupla Sá da Bandeira – bispo de Viseu, o primeiro para a Presidência e Guerra, o segundo para o Reino e interinamente na Justiça. O estandarte ministerial eram as «reformas» e as «economias», mas o gabinete acabou por se esvair em infrutíferas tentativas para melhorar o crédito público, sanear as finanças e reformar a administração do Estado (11.8.1869). Alves Martins voltou ao poder (29.8.1870-29.10.1870), de novo com Sá da Bandeira e o futuro duque de Ávila, após a queda do governo empossado pelo golpe de Estado militar conhecido por Saldanhada (19.5.1870). Desta vez acumulou o Reino com a Instrução Pública, um ministério emblemático das aspirações «radicais» da época e que tinha sido criado por Saldanha (22.6.1870) para satisfazer o séquito populista de que se rodeara no Governo. Ainda transitou com a pasta do Reino para o novo governo de 29.10.1870, em que o futuro duque de Ávila e o seu fiel Carlos Bento, detendo metade das pastas, ensaiaram a última tentativa para governar em aliança com uma parte do «radicalismo». Alves Martins retirou-se em 30.1.1871. A efervescência política, a desordem dos partidos, a proliferação de clubes e a instabilidade ministerial que tinham marcado a segunda metade da década de 1860 demonstraram quer a impossibilidade de governar em aliança com uma parte do «radicalismo», quer de este se unir e constituir em alternativa de governo. A década de 1870



Estátua de homenagem a D. António Alves Martins na cidade de Viseu

dá lugar a uma nova arrumação partidária. Durante a primeira longa administração de Fontes Pereira de Melo, são fundados os partidos Socialista em 1875 e Republicano em 1876. Históricos e Reformistas convencem-se então da necessidade de formar um só partido capaz de alternar com os Regeneradores no poder. Desaparecido o chefe histórico Loulé (8.1.1875), nasce da fusão daqueles dois, celebrada pelo Pacto da Granja de 7.9.1876, o Partido Progressista. O bispo de Viseu assinou o Pacto pela parte do Partido Reformista. Depois disso, afastou-se da política e voltou-se para os seus trabalhos pastorais. Morreu aos 74 anos no Paço Episcopal de Fontelo, vitimado por pneumonia dupla. Vários bispos se recusaram, concertada e sucessivamente, a rezar missa por sua alma. Apenas o bispo de Bragança, velho e muito debilitado, se prestou a encomendá-lo a Deus.

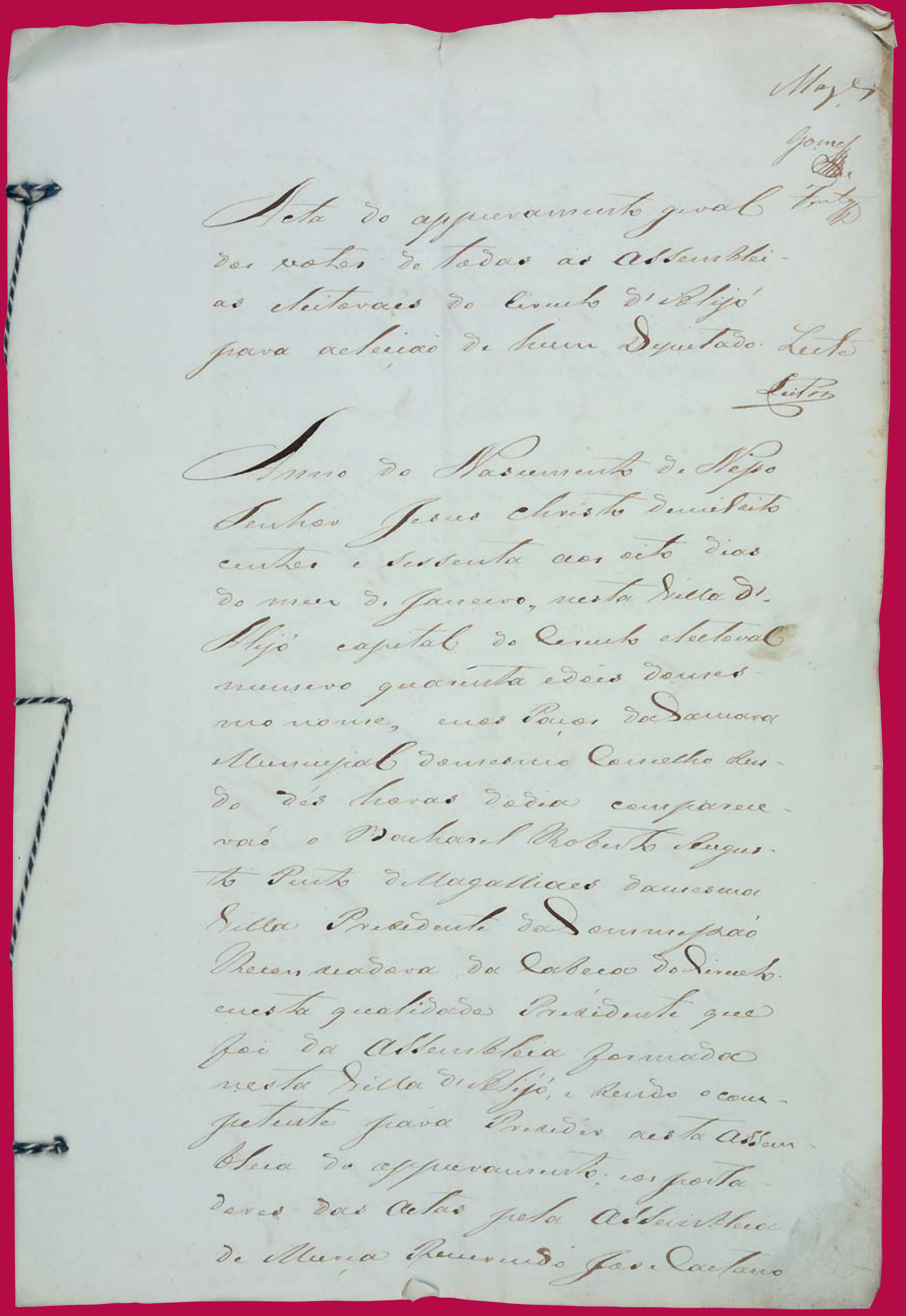
M. Fátima Bonifácio

Dicionário biográfico parlamentar 1834-1910 – coord. Maria Filomena Mónica. Lisboa: Assembleia da República, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2005. Vol. 2, p. 768-771.

Bibliografia

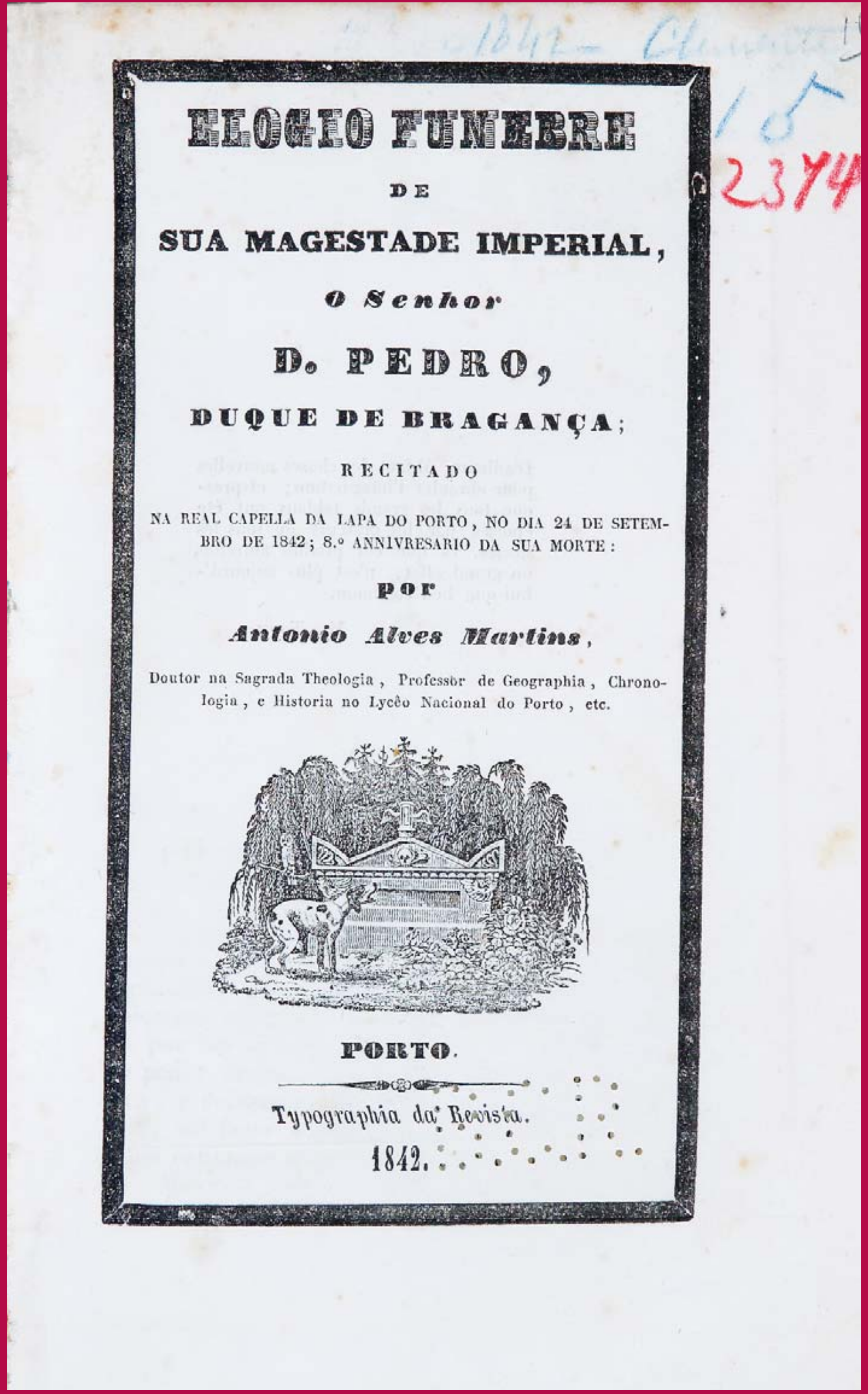
1. *Grandes questões de economia social tratadas por MM. Thitti e Lamenais, postas em vulgar*, Porto, 1841; *O nove de Outubro, ou breves considerações sobre a última guerra civil. Por um liberal*, Porto, 1849.

2. *Quem é o sr. Alves Martins? Opúsculo biográfico-político*, Coimbra, 1869; *António Alves Martins, bispo de Viseu* – Esboço biográfico, Porto, 1870; Alves Mateus, *Oração fúnebre do bispo Alves Martins*, Lisboa, 1882; José Augusto Pereira, *D. António Alves Martins, Traços da sua vida* (dois folhetos), Viseu, 1933; *A. Alves Martins, Traços da sua vida*, Lisboa, 1933; Ramalho Ortigão, «Alves Martins», in *As Farpas*, III, Lisboa, 1943; Camilo Castelo Branco, *Perfis biográficos*, XXX, Porto, s.d.


Acta do appuramento geral dos votos de todas as Assembleias eleitoraes do circulo d'Alijó para eleição de hum Deputado

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos e sessenta aos oito dias do mez de Janeiro, nesta Villa d'Alijó capital do circulo eleitoral numero quarenta e dois denominado, nos Paços da Camara Municipal do mesmo Concelho pelas dez horas do dia compareceo o Bacharel Roberto Augusto Pinto de Magalhães da mesma Villa Presidente da Commissão Recenseadora da Cabeça do circulo nesta qualidade Presidente que foi da Assembleia formada nesta Villa d'Alijó, e sendo o competente para presidir esta Assembleia do appuramento, os portadores das actas pela Assembleia de Murça Reverendo José Caetano

Acta de apuramento dos votos do distrito de Alijó, 1860
AHP, AEM, Cx 444, 1



ELOGIO FUNEBRE

DE

SUA MAGESTADE IMPERIAL,

O Senhor

D. PEDRO,

DUQUE DE BRAGANÇA;

RECITADO

NA REAL CAPELLA DA LAPA DO PORTO, NO DIA 24 DE SETEMBRO DE 1842; 8.º ANNIVRESARIO DA SUA MORTE:

por

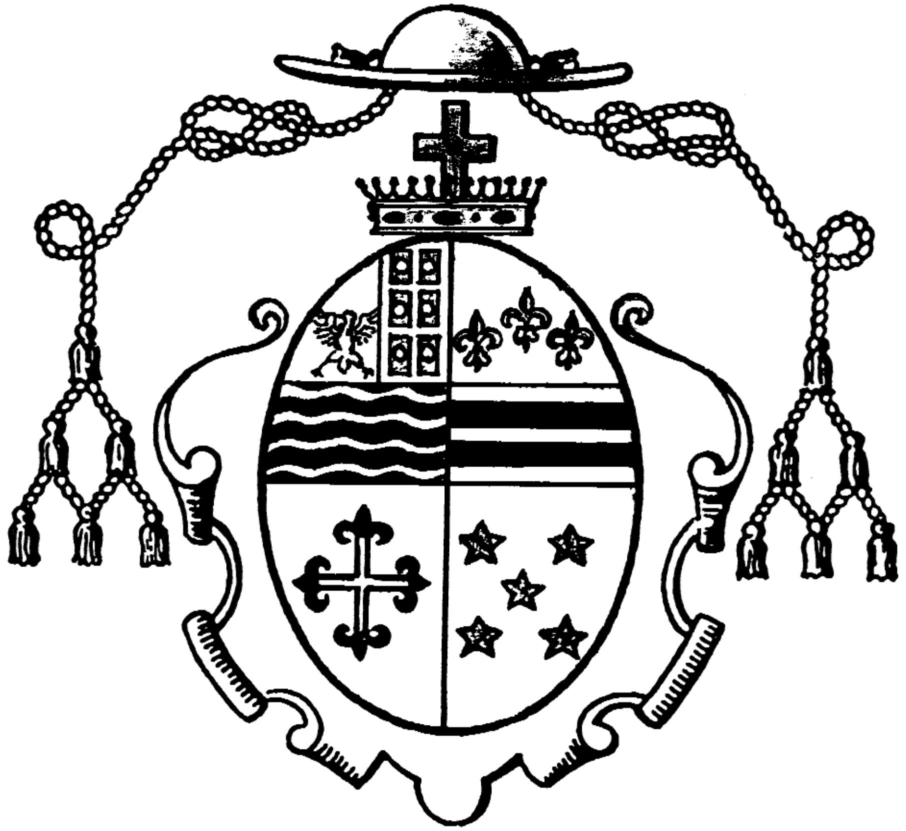
Antonio Alves Martins,

Doutor na Sagrada Theologia, Professor de Geographia, Chronologia, e Historia no Lycêo Nacional do Porto, etc.

PORTO.

Typographia da Revista.

1842.



Armas de D. António Alves Martins
Bispo de Viseu

TÍTULO
Homenagem a D. António Alves Martins, Ilustre Deputado, Par do Reino, Estadista e Bispo de Viseu,
no segundo centenário do seu nascimento (1808-2008)

EDIÇÃO
Divisão de Edições da Assembleia da República

DESIGN E PAGINAÇÃO
Artlandia

FOTOGRAFIAS DOS DOCUMENTOS
João Silveira Ramos

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
Facsimile

TIRAGEM
600 exemplares

Depósito Legal n.º

ISBN 978-972-556-464-6

Lisboa, Fevereiro de 2008